

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO AMBIENTAL.....	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1	Introdução..... 1
1.1.1	Concepções éticas sobre a questão ambiental..... 1
1.1.2	O movimento ambientalista no Brasil e no mundo..... 2
1.1.3	A crise ambiental e o Direito..... 4
1.2	Fundamentos do Direito Ambiental 4
1.2.1	Definição e abrangência..... 4
1.2.2	Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito) 5
1.2.3	Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental 7
1.2.4	O meio ambiente na Constituição Federal de 1988 8
1.2.5	Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas) 12
1.3	Princípios setoriais do Direito Ambiental 16
1.3.1	A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental 16
1.3.2	Princípios em espécie 18
1.3.2.1	Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável..... 18
1.3.2.2	Princípio da prevenção..... 19
1.3.2.3	Princípio da precaução..... 21
1.3.2.4	Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor)..... 24
1.3.2.5	Princípio da vedação ao retrocesso 27
1.3.2.6	Princípio da função socioambiental da propriedade..... 29

	1.3.2.7	Princípio da participação democrática.....	30
	1.3.2.8	Princípio da igualdade entre gerações.....	32
	1.3.2.9	Princípio da natureza pública da proteção ambiental	33
1.4		A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente	34
	1.4.1	A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais).....	34
	1.4.2	Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA.....	36
	1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental	38
	1.4.3.1	Caracterização do Sisnama.....	38
	1.4.3.2	O Conama: conceito e funções.....	39
	1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental.....	42
	1.4.4	Instrumentos da PNMA	44
	1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental	45
	1.4.4.2	O licenciamento ambiental.....	48
	1.4.4.3	O zoneamento ambiental	56
	1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais)	58
	1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente	64
	1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos.....	64
	1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental	69
	1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade	72
	1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	85
	1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	89
1.5		Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito.....	105
	1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	105
	1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies.....	105
	1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação	106
	1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura	106

1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação	108
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral	109
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável	111
1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	115
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação	115
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	120
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	121
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	123
1.6.2.1	Definição e regime de proteção.....	123
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs	127
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	136
1.6.3	Reserva legal.....	136
1.6.3.1	Definição e regime de proteção.....	136
1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal.....	140
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal.....	141
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR)	141
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas	142
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental	149
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris	150
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco.....	153
1.7.1	Agrotóxicos.....	153
1.7.2	Mineração	162
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente	164
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	165
1.8.2	Responsabilidade civil.....	167
1.8.3	Responsabilidade penal	172
1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	177
CAPÍTULO 2 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		181
<i>Rafael Machado</i>		
2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional.....	181
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	181

2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil.....	186
2.1.2.1	Constituições Federais.....	186
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional.....	187
2.2	Disposições preliminares do ECA.....	190
2.2.1	Definição de criança e adolescente.....	190
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro.....	192
2.2.1.2	Primeira infância e jovem.....	193
2.2.2	Proteção integral.....	193
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior.....	194
2.2.4	Absoluta prioridade.....	196
2.2.5	Interpretação do ECA.....	197
2.3	Direitos fundamentais.....	198
2.3.1	Direito à vida e à saúde.....	198
2.3.1.1	Introdução.....	198
2.3.1.2	Direitos da maternidade.....	199
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	200
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade.....	200
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo.....	201
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica.....	201
2.3.1.7	Deficiência.....	202
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento.....	203
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância.....	204
2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos.....	204
2.3.2	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	205
2.3.2.1	Introdução.....	205
2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	208
2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015).....	208
2.3.3	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017....	209
2.3.3.1	Introdução.....	209
2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal.....	211
2.3.3.3	Medidas de proteção.....	214
2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento.....	216
2.3.4	Direito à educação.....	218
2.3.4.1	Introdução.....	218
2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente..	219

2.3.4.3	Dever do Estado.....	219
2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>)	222
2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio.....	222
2.3.4.6	Dever de comunicação.....	224
2.3.5	Direito � cultura, ao esporte e ao lazer.....	225
2.3.6	Direito � profissionalização e � proteção no trabalho.....	225
2.3.6.1	Noções gerais	225
2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar.....	227
2.4	Direito fundamental � convivência familiar	228
2.4.1	Direito de crescer no seio familiar	228
2.4.1.1	Introdução.....	228
2.4.1.2	Classificações de família.....	229
2.4.1.3	Audiência concentrada	229
2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional	230
2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção	231
2.4.1.6	Recém-nascido e crianç�a abandonados e inscrição no cadastro nacional de adoção	232
2.4.1.7	Acolhimento familiar	233
2.4.1.8	Ordem de preferência do direito � convivência familiar	234
2.4.1.9	Apadrinhamento.....	235
2.4.2	Poder familiar ou função parental.....	236
2.4.2.1	Introdução.....	236
2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão.....	237
2.4.2.3	Pais dependentes químicos.....	239
2.4.2.4	Pobreza	239
2.4.2.5	Prisão e condenação criminal.....	240
2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010).....	241
2.4.3	Reconhecimento de filhos.....	243
2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação.....	243
2.4.5	Família substituta.....	244
2.4.5.1	Introdução.....	244
2.4.5.2	Oitiva da crianç�a e do adolescente (princípio da autonomia progressiva)	245
2.4.5.3	Crêterios e acompanhamento da medida.....	246

	2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	248
2.5		Modalidades de colocação em família substituta.....	248
	2.5.1	Guarda.....	248
	2.5.1.1	Introdução.....	248
	2.5.1.2	Classificações.....	250
	2.5.1.3	Guarda e condição de dependente.....	250
	2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais.....	252
	2.5.1.5	Revogabilidade.....	252
	2.5.2	Tutela.....	253
	2.5.2.1	Introdução.....	253
	2.5.2.2	Termo de tutela provisória.....	254
	2.5.2.3	Tutela compartilhada.....	255
	2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	255
	2.5.2.5	Tutela ou curatela.....	256
	2.5.2.6	Cessação.....	256
	2.5.2.7	Destituição do tutor.....	256
	2.5.3	Adoção nacional.....	256
	2.5.3.1	Introdução.....	256
	2.5.3.2	Características.....	257
	2.5.3.3	Requisitos.....	258
	2.5.3.4	Cadastros de adoção.....	263
	2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida.....	264
	2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena.....	265
	2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	269
	2.5.3.8	Adoção de nascituro.....	269
	2.5.3.9	Adoção de fato ou “� brasileira”.....	270
	2.5.3.10	Adoção por homossexuais.....	271
	2.5.3.11	Efeitos pessoais.....	271
	2.5.3.12	Efeitos patrimoniais.....	272
	2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção.....	272
	2.5.3.14	Sentenç�a.....	272
	2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica.....	273
	2.5.3.16	Direitos previstos na CLT.....	273
	2.5.4	Adoção internacional.....	274
	2.5.4.1	Caracterização.....	274
	2.5.4.2	Requisitos.....	274

	2.5.4.3	Procedimento	275
	2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento	278
	2.5.4.5	Repasse de recursos	279
	2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior	279
	2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida	280
	2.5.4.8	Nacionalidade do adotado	281
	2.5.4.9	Quadro sinótico	282
2.6		Prevenção	283
	2.6.1	Disposições gerais	283
	2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	284
	2.6.2.1	Classificação indicativa	284
	2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão	286
	2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	286
	2.6.2.4	Revistas e publicações	287
	2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congênere ou casa de jogo que realize aposta	287
	2.6.3	Produtos e serviços	288
	2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente	288
	2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente	290
	2.6.4	Autorização para viajar	291
	2.6.4.1	Viagem no território nacional	291
	2.6.4.2	Viagem ao exterior	292
2.7		Política e entidades de atendimento	294
	2.7.1	Política de atendimento	294
	2.7.1.1	Introdução	294
	2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos	295
	2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	297
	2.7.2	Entidades de atendimento	299
	2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	299
	2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional	301
	2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93)	303
	2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	304
	2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis	304

2.8	Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável.....	305
2.8.1	Medidas de proteção.....	305
2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco)	305
2.8.1.2	Cumulação e substituição	306
2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação.....	306
2.8.1.4	Competência para aplicação e execução.....	308
2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie.....	309
2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar	310
2.8.2	Regularização do registro civil.....	312
2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável	313
2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum	315
2.9	Ato infracional	316
2.9.1	Introdução.....	316
2.9.2	A criança e a prática de ato infracional	316
2.9.3	Início da maioridade penal.....	317
2.9.4	Nomenclaturas.....	317
2.9.5	Requisitos.....	318
2.9.6	Teoria do momento.....	318
2.9.7	Princípio da insignificância	319
2.9.8	Escusas absolutórias	319
2.9.9	Extradição	320
2.9.10	Prescrição	321
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade	321
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	322
2.10	Direitos individuais e garantias processuais	322
2.10.1	Direitos individuais	322
2.10.1.1	Internação provisória.....	323
2.10.2	Garantias processuais.....	326
2.11	Medidas socioeducativas	328
2.11.1	Introdução.....	328
2.11.2	Competência.....	329
2.11.3	Princípios	330
2.11.4	Critérios de aplicação	331
2.11.5	Requisitos	331
2.11.6	Cumulação	332
2.11.7	Substituição.....	332
2.11.8	Adolescente com transtorno mental.....	333
2.11.9	Advertência.....	333

2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	334
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade	335
2.11.12	Liberdade assistida	335
2.11.13	Semiliberdade	337
2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	339
2.11.14	Internação	340
2.11.14.1	Introdução.....	340
2.11.14.2	Espécies	340
2.11.14.3	Princípios	340
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	341
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	348
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação	349
2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	350
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no cível.....	350
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação	350
2.11.14.10	Liberação compulsória.....	351
2.11.14.11	Atividades externas	351
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	351
2.11.14.13	Local de cumprimento	353
2.12	Remissão.....	353
2.12.1	Introdução.....	353
2.12.2	Classificações	354
2.12.3	Natureza jurídica	355
2.12.4	Características	355
2.12.5	Requisitos	356
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	356
2.12.7	Remissão judicial.....	358
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria	358
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão.....	359
2.13	Execução das medidas socioeducativas	360
2.13.1	Introdução.....	360
2.13.2	Princípios	361
2.13.3	Direitos individuais	362
2.13.4	Formação da execução	362
2.13.5	Reavaliação.....	363

2.13.6	Substituição, progressão e regressão	364
2.13.7	Cumulação e unificação	368
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar	371
2.13.9	Suspensão	372
2.13.10	Extinção	373
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase.....	373
2.13.10.2	Maioridade penal.....	377
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas	378
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ...	380
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa	381
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente	382
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória.....	382
2.13.11	Sistema recursal	384
2.14	Conselho tutelar.....	384
2.14.1	Introdução.....	384
2.14.2	Características	384
2.14.3	Organização	385
2.14.4	Requisitos e processo de escolha.....	386
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar	387
2.14.6	Atribuições.....	388
2.14.7	Revisão das decisões	391
2.14.8	Sigilo das informações.....	391
2.14.9	Impedimentos.....	392
2.15	Acesso à Justiça.....	392
2.15.1	Disposições gerais.....	392
2.15.1.1	Acesso à Justiça.....	392
2.15.1.2	Sigilo	393
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude.....	394
2.15.3	Noções gerais sobre competência.....	394
2.15.4	Competência do art. 148.....	395
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena	395
2.15.4.2	Competência concorrente	398
2.15.4.3	Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar	399
2.15.5	Competência do art. 147.....	400
2.15.5.1	Ações cíveis	400
2.15.5.2	Apuração de ato infracional.....	401

2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção.....	402
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão.....	402
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149).....	402
2.15.6.1	Portaria e alvará.....	402
2.15.6.2	Hipóteses.....	404
2.15.7	Serviços auxiliares.....	405
2.15.8	Ministério Público.....	405
2.15.8.1	Atribuições.....	405
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica.....	410
2.15.9	Advogado.....	411
2.15.10	Defensoria Pública.....	413
2.16	Procedimentos.....	413
2.16.1	Disposições gerais.....	413
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente.....	413
2.16.1.2	Contagem dos prazos.....	414
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências.....	415
2.16.1.4	Multa.....	416
2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar..	416
2.16.2.1	Introdução.....	416
2.16.2.2	Petição inicial.....	417
2.16.2.3	Legitimidade ativa.....	417
2.16.2.4	Legitimidade passiva.....	418
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão.....	419
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar.....	419
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional.....	420
2.16.2.8	Citação e defesa.....	421
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos.....	422
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta....	422
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta.....	423
2.16.2.12	Prazo para conclusão.....	423
2.16.2.13	Sentença e efeitos.....	424
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar.....	424
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar.....	424

2.16.3	Procedimento de destituição da tutela.....	425
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta.....	426
2.16.4.1	Introdução.....	426
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	426
2.16.4.3	Requisitos da inicial.....	428
2.16.4.4	Consentimento dos pais.....	428
2.16.4.5	Procedimento	429
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar	431
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento	431
2.16.5.1	Introdução.....	431
2.16.5.2	Natureza jurídica	431
2.16.5.3	Legitimidade ativa	431
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	432
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente.....	433
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita	433
2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia	434
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento.....	434
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	434
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	435
2.16.6.1	Introdução.....	435
2.16.6.2	Natureza jurídica	435
2.16.6.3	Legitimidade ativa	435
2.16.6.4	Legitimidade passiva.....	436
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado...	436
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos	437
2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento.....	438
2.16.6.8	Prescrição.....	438
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção.....	439
2.16.7.1	Introdução.....	439
2.16.7.2	Competência.....	439
2.16.7.3	Petição inicial e documentos	440
2.16.7.4	Necessidade de advogado	440
2.16.7.5	Ministério Público e providências.....	441
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes.....	441
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento.....	442

2.16.7.8	Inscrição nos cadastros	442
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro.....	443
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou ...	444
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.....	445
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional	446
2.17.1	Introdução.....	446
2.17.2	Fase policial ou investigativa.....	447
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial...	447
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância	447
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão.....	447
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa	449
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	450
2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional...	450
2.17.2.7	Transporte e uso de algema	450
2.17.3	Fase do Ministério Público.....	451
2.17.3.1	Oitiva informal	451
2.17.3.2	Outras providências	452
2.17.3.3	Arquivamento dos autos	453
2.17.3.4	Remissão	453
2.17.3.5	Representação.....	453
2.17.3.6	Internação provisória.....	454
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP	455
2.17.3.8	Complementação de diligências	455
2.17.4	Fase judicial.....	455
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?.....	455
2.17.4.2	Recebimento ou rejeição da representação	456
2.17.4.3	Audiência de apresentação	456
2.17.4.4	Remissão judicial.....	458
2.17.4.5	Suspensão condicional do processo.....	459
2.17.4.6	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	459
2.17.4.7	Defesa prévia.....	459
2.17.4.8	Assistente de acusação.....	459

2.17.4.9	Audiência em continuação	460
2.17.4.10	Sentença	461
2.17.4.11	Princípio da identidade física do juiz	462
2.17.4.12	Intimação da sentença.....	463
2.17.4.13	Prazo máximo para a conclusão do processo....	464
2.17.4.14	Local de cumprimento da internação provisória...	464
2.17.4.15	Recurso.....	464
2.17.4.16	Justiça restaurativa.....	465
2.18	Recursos	466
2.18.1	Noções gerais.....	466
2.18.2	Legitimidade.....	466
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	467
2.18.3.1	Preparo	467
2.18.3.2	Prazo	467
2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	468
2.18.3.4	Juízo de retratação	469
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação .	470
2.18.3.6	Técnica do art. 942 do CPC para processo de apuração de ato infracional ou de execução de medida socioeducativa.....	470
2.18.4	Efeitos da sentença.....	471
2.18.4.1	Regra geral.....	471
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa.....	471
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar	473
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos	473
2.19.1	Introdução.....	473
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais	473
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos.....	474
2.19.3.1	Competência.....	475
2.19.3.2	Legitimidade.....	475
2.19.3.3	Ministério Público.....	476
2.19.3.4	Ação civil pública	477
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	478
2.19.3.6	Ações admissíveis	478
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer.....	478
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios	479
2.19.3.9	Multas	479

2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	480
2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso	480
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC	481
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		483
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	483
3.1.1	A sociedade moderna.....	483
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	484
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD	484
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI	489
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?.....	490
3.2.3	Terminologia correta.....	492
3.3	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	492
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	494
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema	497
3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU).....	498
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional	499
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI.....	501
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas.....	501
3.5.1.2	Lei principiológica.....	501
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI	502
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência	502
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”	503
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	505
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI....	506
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI	507
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência	507

3.5.2.2	Auxílio-inclusão	507
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional.....	508
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral	508
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS	509
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	509
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social.....	510
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991.....	511
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações	511
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	512
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	513
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	513
3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001)	513
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009).....	514
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	515
3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	515
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	515
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada.....	516
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	523
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	526
3.6.4	Direito à felicidade.....	527
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação	528
3.6.5.1	Sociedade solidária.....	530
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença	531
3.6.7	Direito à vida	532
3.6.8	Direito à saúde.....	532
3.6.9	Direito à assistência social	534

3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	535
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	536
3.6.12	Direito à previdência social.....	538
3.6.13	Direito à moradia	539
3.6.14	Direito à educação.....	540
	3.6.14.1 Plano internacional	540
	3.6.14.2 Plano nacional.....	541
3.6.15	Direito ao trabalho.....	546
	3.6.15.1 Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público	547
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade	553
3.6.17	Direito ao transporte	558
3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	559
3.6.19	Do acesso à justiça.....	559
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	561
3.6.21	Isenções	562

CAPÍTULO 4 - DIREITO DO IDOSO

Lauro Ribeiro

4.1	Introdução.....	565
4.2	Conceito de pessoa idosa.....	567
	4.2.1 O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional.....	568
	4.2.2 Âmbito nacional: Constituição Federal.....	569
	4.2.3 Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003	571
	4.2.3.1 Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI.....	571
	4.2.3.2 Lei principiológica.....	572
	4.2.4 Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	572
	4.2.5 Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	573
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	575
	4.3.1 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	575
	4.3.2 Direito à alimentação.....	576
	4.3.3 Direito à vida/saúde	578
	4.3.4 Direito à educação.....	583
	4.3.5 Direito à moradia	585
	4.3.6 Direito ao trabalho.....	586

4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	588
4.3.7.1	Da assistência social.....	588
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	589
4.3.7.3	Da previdência social.....	591
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	591
4.3.9	Direito ao transporte gratuito.....	592
4.3.10	Direito à proteção.....	593
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção.....	594
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	595
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	596
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso.....	597
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	598
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	599
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs.....	600
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	601
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI.....	601
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa.....	602
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	603
4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível.....	605
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito).....	606
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	606
4.3.13.2	Legitimados ativos.....	610
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	611
4.4	Crimes definidos no EI.....	613

CAPÍTULO 5 - DIREITO EDUCACIONAL..... 617

Lauro Ribeiro

5.1	Noções introdutórias.....	617
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	618
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	619
5.3	Educação, ensino e escola.....	621

5.4	O sistema normativo no plano internacional	623
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	624
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	624
5.5.2	Síntese da educação na CF/88	625
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996.....	626
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE	630
5.6	Estrutura educacional	632
5.6.1	Educação básica.....	632
5.6.2	Ensino superior.....	635
5.6.3	Sistemas de ensino	636
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação....	637
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/88).....	640
5.7	<i>Bullying</i>	642
5.8	Desescolarização (<i>unschooling</i>) e Educação domiciliar (<i>homeschooling</i>)	644
CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL		647
<i>Landolfo Andrade</i>		
6.1	Introdução.....	647
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	649
6.3	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no tempo.....	651
6.4	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no espaço	653
6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE	655
6.6	Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública.....	656
6.6.1	Sujeito passivo	656
6.6.2	Sujeito ativo	658
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado.....	658
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE.....	661
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica	663
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica	664
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	665
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE	666
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não.....	666

6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada.....	667
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	668
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada	669
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora	670
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	673
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	674
6.8	Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	675
6.8.1	Noções introdutórias.....	675
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	676
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	677
6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa)	677
6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos	679
6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa	680
6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos....	681
6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.....	687
6.8.4	Atos lesivos tentados.....	688
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	689
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário.....	689
6.9	Responsabilização administrativa	690
6.9.1	Noções introdutórias.....	690
6.9.2	Multa	692
6.9.2.1	Natureza jurídica	692
6.9.2.2	Base de cálculo da multa.....	693
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa.....	694
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa.....	697
6.9.2.5	Cobrança da multa.....	697
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados.....	697
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	698
6.9.4	Aplicação das sanções.....	699
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções	699

	6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	701
	6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica	703
6.9.5		Reparação integral do dano causado.....	703
6.9.6		Processo administrativo de responsabilização.....	704
	6.9.6.1	Instauração	705
	6.9.6.2	Competência	708
	6.9.6.3	Instrução	709
	6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo	710
	6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo	711
	6.9.6.6	Prazo de conclusão	711
	6.9.6.7	Julgamento	711
	6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano	712
	6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica	713
	6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público.....	717
6.9.7		Acordo de leniência	720
	6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE	721
	6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência.....	722
	6.9.7.3	Condições e requisitos.....	725
	6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE	726
	6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência	728
	6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência.....	729
	6.9.7.7	Ressarcimento do dano	729
	6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993.....	730
6.10		Responsabilização judicial.....	731
	6.10.1	Noções introdutórias.....	731
	6.10.2	Competência.....	732
	6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior	733
	6.10.3	Legitimação.....	734
	6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva.....	734
	6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público	737
	6.10.3.3	Legitimação passiva.....	738

6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens.....	740
6.10.4.1	Pressupostos	741
6.10.4.2	Alcance	742
6.10.5	Pedido.....	742
6.10.6	Procedimento	743
6.10.7	Sentença.....	744
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	744
6.10.8	Sanções civis.....	745
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	745
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II).....	746
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III)	746
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV).....	747
6.10.9	Aplicação das sanções	748
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção	748
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções.....	748
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	749
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	749
6.10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas.....	749
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)	751
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	752
6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE.....	753
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções	755
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações.....	756
6.10.12	Coisa julgada.....	756
6.10.13	Prescrição	757
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	757
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	758
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.....	758

CAPÍTULO 7 – DIREITO À SAÚDE.....	759
<i>Lauro Ribeiro</i>	
7.1 Noções introdutórias.....	759
7.2 Conceito de saúde	763
7.3 Sistema normativo de proteção à saúde no plano internacional	764
7.4 Sistema normativo de proteção à saúde no plano constitucional.....	765
7.5 Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde.....	782
7.6 Sistema normativo infraconstitucional	783
7.6.1 Sistema Único de Saúde – SUS	784
7.6.1.1 Normas operacionais e Pacto pela Saúde	794
7.6.1.2 Programação Pactuada entre gestores	795
7.6.2 Política Nacional de Medicamentos.....	795
7.7 Regulação assistencial: vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental	800
7.8 Judicialização da saúde.....	801
7.9 Saúde complementar e saúde suplementar.....	806
7.10 Saúde mental	807
7.10.1 Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública	814
7.10.2 Papel da família, do Estado e da sociedade.....	815
7.10.3 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos	816
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	817